



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

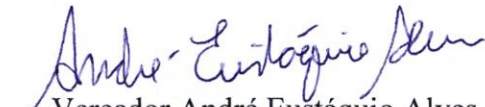
ATA Nº 5 DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE, URBANISMO, SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CONSUMIDOR, realizada aos nove dias de junho de dois mil e vinte e seis (09-06-2026), na sede da Câmara Municipal de Ubá, tendo presentes os vereadores André Eustáquio Alves e Marilda Aparecida Leôncio, respectivamente, Vice-Presidente e Membro. Também esteve presente o vereador Breno Reis de Oliveira. Às quinze horas e quinze minutos, o presidente da reunião, vereador André Alves, abriu os trabalhos para receber os convidados, Alexandre de Castro Leal, Secretário Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, Coronel Anderson de Almeida Pereira, Coordenador da Defesa Civil Municipal, Luciano Rufato Teixeira, Assessor Técnico I, William Ferreira Silva, Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Lima, Coronel Anderson Maurício Coelho, Secretário de Segurança Pública de Nova Lima, e Antônio Gonçalves do Amaral, Coordenador do Projeto Faculdade da Água, (participou por vídeo chamada), que vieram debater sobre o Projeto de Lei nº 59/2026, que “Dispõe sobre diretrizes para o fortalecimento da política municipal de proteção e defesa civil, sobre o Plano Municipal de Contingência e sobre a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico no Município de Ubá, em complementação à Lei Municipal nº 4.171, de 16 de dezembro de 2013 e dá outras providências”, de autoria do vereador André Alves. O presidente passou a palavra, primeiramente, ao Coronel Anderson Maurício que trouxe a importância de a Defesa Civil trabalhar com a prevenção, utilizando equipamentos de monitoramento das regiões de risco, emitir alertas de risco, aumentar o quadro de agentes e treiná-los, buscar parcerias em estudos que ajudam na solução dos problemas da cidade e atualizar o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), que envolve o Ministério das Cidades. Em seguida, William Ferreira disse que, em outubro de 2025, o Prefeito de Nova Lima criou a Secretaria de Defesa Civil, após a enchente ocorrida em 2022, e tem investido em pessoal técnico para compor o quadro e em capacitações. Disse que é necessário trabalhar com a gestão do risco, abordando ações preventivas, e explicou que Nova Lima tem riscos geológicos, hidrológicos e de rompimento de barragens. Portanto, realizaram simulação prévia com a comunidade, instalaram equipamentos de monitoramento próximos aos rios e barragens e investiram em mecanismo de alerta à população. O vereador André fez uma leitura rápida do projeto de lei. Antônio Amaral disse que sua contribuição seria com diagnósticos e projetos, pois hoje trabalha com práticas de conservação de água e solo. O vereador Breno Reis comentou que se tivesse um mecanismo de emissão de alerta sonoro na Miragaia, a população avisada, os danos teriam sido menores e, provavelmente, sem mortes. A vereadora Marilda Aparecida leu o inciso VI, do artigo 5º, que trata dos elementos mínimos que o Plano Municipal de Contingência contemplará, no caso “protocolo de evacuação, com previsão de rotas, pontos de encontro e atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, crianças e demais grupos vulneráveis”, e questionou se foi efetivo há época da enchente. O Coronel Anderson Almeida contou sobre a precariedade do setor da Defesa Civil em outubro de 2024, quando foi conhecer o local de funcionamento, pois assumiria a coordenadoria em janeiro, apenas um agente e nenhuma informações sobre as demandas da Defesa Civil. Disse que as áreas de risco não estavam mapeadas, não havia a relação da quantidade de famílias em risco e o Plano de Contingência estava desatualizado, o computador disponível estava vazio de dados, bem como no e-mail, havendo, somente, um carro e um notebook em condições ruins de uso. Contou que a demanda de Ubá relacionada a áreas de risco é grande, principalmente, o hidrológico, então, em outubro de 2025, o

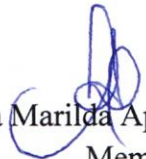


Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

plano foi atualizado, mas com base na enchente de 2021. Comentou que o Ministério Público Federal investigou o motivo de a Defesa Civil não ter enviado alertas no dia da enchente e que esclareceu que estava trabalhando em loco, junto ao Corpo de Bombeiros. Comentou que após o acidente climático, relacionou novas situações para incluir na alteração do Plano de Contingência. Contou que desde 2024 tem procurado órgãos das três esferas de poder, incluindo à Câmara, solicitando atenção aos projetos Defesa Civil nas Escolas e Formação em Núcleos da Defesa Civil para os distritos e os pontos sensíveis da cidade, inclusive protocolou na Plataforma Sementes, pleiteou o recebimento de verbas do Ministério Público e da Vara Criminal, relacionadas a cumprimento de acordos, demonstrou a legalidade da destinação, mas entenderam que sua demanda não era prioritária, então, não destinaram nenhuma verba para o Fundo Municipal de Defesa Civil. Luciano Rufato complementou a fala do Coordenador da Defesa Civil Municipal, dizendo que os recursos que serão destinados ao Fundo da Defesa Civil serão utilizados na implantação de equipamentos precisos de monitoramento, com emissão alarme, no Centro da cidade, de acesso público. Contou, também, que serão construídas barragens na cabeceira do rio para a contenção da água. O vereador André Alves disse que solicitará apoio a todos os vereadores na assinatura do projeto. Alexandre Leal ressaltou a opinião dos colegas sobre a importância das ações de prevenção para diminuir os danos. Contou que enquanto representante do Estado, em 2025, por meio de acordos ambientais, destinou duas caminhonetes para o município de Ubá, que foram do Estado, mas estão em fase de regularização. Como secretário, aumentou o quadro de efetivos da Defesa Civil para cinco servidores e parabenizou a Casa pela iniciativa do projeto de lei. Os representantes de Nova Lima comentaram sobre o Plano de Prevenção que deve conter a capacitação de agentes que atuam nos distritos e bairros para que saibam proceder diante dos problemas causados pelas catástrofes, mapeiem sua região, saibam organizar os cidadãos e tenham conhecimento dos moradores com dificuldade de locomoção, comorbidades, idosos e crianças. Comentaram que a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil deve utilizar ferramentas de georreferenciamento que apresente dados pelos quais os agentes agirão nas primeiras horas de emergência, incluindo rotas de acesso rápido e pontos de Unidades Básicas de Saúde mais próximos. O Coronel Anderson Almeida informou que, devido a calamidade pública, o Fundo de Defesa Civil recebeu da União mais de um milhão de reais para investir em sistema de monitoramento e prevenção e na estruturação da Defesa Civil. Contou que em breve irão a Petrópolis, São José dos Campos, sede do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e outros locais, incluindo Nova Lima, para conhecer o sistema de monitoramento que utilizam, que servirá como suporte nas licitações e auxiliará na adequação do projeto, no que couber. Após os agradecimentos finais e nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às dezesseis horas e trinta e oito minutos.


Vereador André Eustáquio Alves
Vice-Presidente


Vereadora Marilda Aparecida Leôncio
Membro